

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Consultivo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRA

DACIO MALTA — *Editor*
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

SÉRGIO RÉGO MONTEIRO — *Diretor*

Vidas Indexadas

O Plano Real passará por mais um teste ao completar um ano de vida neste sábado, pois terá de responder a uma pergunta muito simples: saberá o brasileiro viver sem indexar salários e preços? A indexação foi introduzida no país na esteira das reformas pós-1964, quando os ministros Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões pensaram num mecanismo capaz de evitar a fuga da poupança doméstica.

Na esteira das reformas daquela época vieram o Plano Financeiro da Habitação, surgiram os bancos de investimento e o país gozou de um período de prosperidade, interrompido com os choques do petróleo e das altas taxas internacionais de juros que se seguiram nos anos 70.

O resto dessa história é conhecida. Introduzida como ponte para proteger a poupança enquanto o país se preparava para uma inflação zero, a correção espalhou-se por todos os quadrantes da vida financeira e econômica como proteção contra a desvalorização constante da moeda. Hoje, mais do que necessidade, ela tornou-se cultura. É essa cultura que é preciso trocar.

O Plano Real derrubou a inflação de quase 50% para 2% ao mês. A nação respira mais confortavelmente, porém se esquece de que esse grande sucesso ainda tem que passar por uma corrida de obstáculos. Como corretamente notaram os economistas que participaram do Balanço Mensal do **JORNAL DO BRASIL**, os bens "comercializáveis", em particular as *commodities* agrícolas, ficaram estáveis ou mais baratos. No entanto, os serviços — tais como aluguéis, mensalidades escolares e outros — dispararam.

Em algum ponto no futuro será possível um novo realinhamento de todos os preços e alguma estabilidade. Isso, porém, depende do resto de um dever de casa do governo e do Congresso, onde ainda não se completou o ciclo das privatizações, nem a reforma fiscal, nem a tributária.

Se esse dever de casa não for feito, criando as condições fundamentais para que a inflação de fato acabe, a dindexação será inútil. A inflação voltará aos poucos, ainda quando branda, e qualquer brasileiro — não precisa ser um gênio — sabe que a forma de se prevenir é reindexando salários, contratos imobiliários, financeiros e de capitais, dos mais simples aos mais complexos.

Mesmo assim, a desindexação da economia é uma necessidade, pois antes de mais nada ela é o grande combustível da psicologia inflacionária. Ela introduz a dúvida sobre a moeda e seu futuro. Todos os brasileiros sabem o que isso significa, de cor e de salteado. É preciso acabar com essa dúvida.

Desindexar significa liberar os salários para a livre negociação — algo com que até influentes economistas do Partido dos Trabalhadores concordam. Significa mudar as expectativas de rendimento e a possibilidade de resgate imediato (liquidez) dos investidores, recuperando os títulos de longo prazo, como nas economias mais desenvolvidas. Sem a indexação, o poupador será induzido a olhar mais e melhor para o portfólio que lhe ofereçam. Deverá voltar a perguntar onde, como e em que seu dinheiro é aplicado, algo que raramente se faz pela ilusão do rendimento corrigido automaticamente.

A médio prazo, a desindexação deverá tornar inútil a selva de índices usada para corrigir poupança e empréstimos. Convivemos hoje com a TR, com a TJLP, com índices específicos para a construção civil, com referenciais para o câmbio e para a correção de salários. Por isso, a indexação passou da ponte provisória dos anos 60 para uma praga insidiosa que corrompe o sistema financeiro e a mente das pessoas. Quanto mais cedo morrer de morte *morrada*, melhor. Faça-se, porém, um alerta: dificilmente morrerá de morte *matada*. Ela é uma consequência da inflação. Se suas causas continuarem, ela voltará.